

# SEMINÁRIO INTERNACIONAL ETNOLOGIA GUARANI DIÁLOGOS E CONTRIBUIÇÕES



GT 5. Direitos indígenas e indigenistas

## O Direito a Educação e a crianças Kaiowá e Guarani do Acampamento Pakurity

Sônia Rocha Lucas – PPGant/UFGD  
soninhalucas@gmail.com

Prof. Dr. Antonio Hilario Aguilera Urquiza - UFMS  
hilarioaguilera@gmail.com

Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues- UFMS  
andreacavararo@gmail.com

**RESUMO:** O presente texto apresenta o resultado parcial de uma pesquisa de mestrado na Pós-graduação em Antropologia da UFGD e tem como objetivo apresentar a problemática vivida pelos indígenas da aldeia Pakurity, que devido a uma situação histórica vivem em área de retomada e em situação de acampamento, em busca, para além do reconhecimento de seu território, a criação de uma escola indígena em seu *tekoha*. A pesquisa bibliográfica e o trabalho de campo são o aporte teórico-metodológico, somado com a observação participante, diário de campo e outras formas de registro. Os autores que dão sustentação teórica são Brand (1993, 1997), Pereira (2004 e 2006), Chamorro (2015), Nascimento (2011), Pacheco de Oliveira (1998), Cavalcante (2013), Conh (2005), Crespe (2009 e 2015) e Aguilera Urquiza (2011). Pudemos perceber que por falta de acesso a políticas públicas, em especial a educação, dentro do acampamento as crianças são forçadas a fazerem uso das *moradias móveis* e se deslocarem de seu *tekoha* em busca ao acesso ao sistema de ensino, seja na reserva de Dourados, ou em outras cidades vizinhas. Nesse contexto como resultado parcial, o presente artigo apresenta a maneira como as crianças indígenas entendem a importância da implantação de uma escola dentro de sua aldeia.

**Palavras-chave:** Crianças indígenas; Situação de Acampamento; Escola.

## INTRODUÇÃO

No Brasil soma-se 190.755.799 milhões de pessoas<sup>1</sup> e dentre essas, 817,9 mil contabilizados pelo quesito cor ou raça se declararam indígenas. Ao somarmos todos os que não se declaram neste mesmo quesito, mas se autodeclaram indígenas e são contabilizados dentro das terras indígenas esse número passa para 896,9 mil pessoas distribuídos em 305 diferentes etnias e com o registro de 274 línguas indígenas no país.

Mato Grosso do Sul com 77.025 indígenas, conta com a segunda maior população indígena no país e 79% de sua população vive em terras consideradas indígenas, entre elas as reservas.

Ao se tratar da etnia kaiowá e guarani, no Brasil os dados de 2008 trazem que são aproximadamente 51 mil indígena da etnia Guarani e Kaiowá, sendo 31 mil Kaiowá, 13 mil Nandeva e 7 mil Mbya; com exceção do último, localizados principalmente no Mato Grosso do Sul<sup>2</sup>. Já no ano de 2012, os Guarani do Brasil eram 57.923 e os encontramos nos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pará, Santa Catarina e Tocantins.<sup>3</sup>

Em primeira análise esse dado é animador, mas ao considerar a atual situação fundiária no estado, percebemos que a realidade é polêmica e de extrema violência contra os povos indígenas. Esses dados não significam que a questão da propriedade da terra é um assunto resolvido no estado, pois em Mato Grosso do Sul o tema das comunidades indígenas e seus territórios tem sido objeto de grande polêmica, tendo em vista a realidade dos últimos anos, de constante conflito fundiário entre índios e proprietários rurais, levando o estado, há anos, possuir a liderança no ranking nacional de violência contra os povos indígenas.

Segundo o relatório de Violência Contra os Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI (2010, p. 16), “no ano de 2003 a 2010 houve no Mato Grosso do Sul 250 assassinatos de indígenas, enquanto no restante do Brasil, neste mesmo período, foram registrados 202”. No ano de 2014 foram 25 vítimas indígenas só em Mato Grosso do Sul (CIMI, 2014. p.76). Mato Grosso do

---

<sup>1</sup> IBGE 2010

<sup>2</sup> Fonte: FUNASA e FUNAI/2008 - <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa/554>

<sup>3</sup> FONTE: SIASI/SESAI, 2012 - <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani>

Sul se apresentar, nos últimos anos, como o Estado de maior violência contra os povos indígenas no país<sup>4</sup>.

Apesar das garantias constitucionais, entre eles o Artigo 231 da Constituição Federal de 1988, que reconhece o direito dos povos indígenas a possuírem seus costumes, línguas, religiões e organização social distintas da sociedade nacional, salientamos, no entanto, o fato da contínua violação de direitos humanos dos povos indígenas, sendo um dos principais indicadores a baixíssima taxa de demarcação de suas terras tradicionais.

Tratar da atual situação da regulamentação e demarcação das terras da aldeia Pakurity, é assunto muito delicado e complicado, principalmente por se tratar de mais um dos casos que está inserido no contexto dos conflitos fundiários que ocorrem no Mato Grosso do Sul, fruto de fatos históricos ou por ações e omissão do Estado brasileiro.

Pakurity faz parte dos mais de 40 acampamentos que, atualmente estão, ou na beira da estrada, ou em pequenas parcelas de seu território tradicional, ou ainda, tentando mais uma retomada de seu território tradicional. Em tudo isso, tais acampamentos lutam, não apenas pela posse e permanência em seus territórios, mas empenham-se por conseguir usufruírem de políticas públicas e atenderem suas necessidades básicas, que nesse caso, abordaremos a educação.

### **O TEKORA PAKURITY**

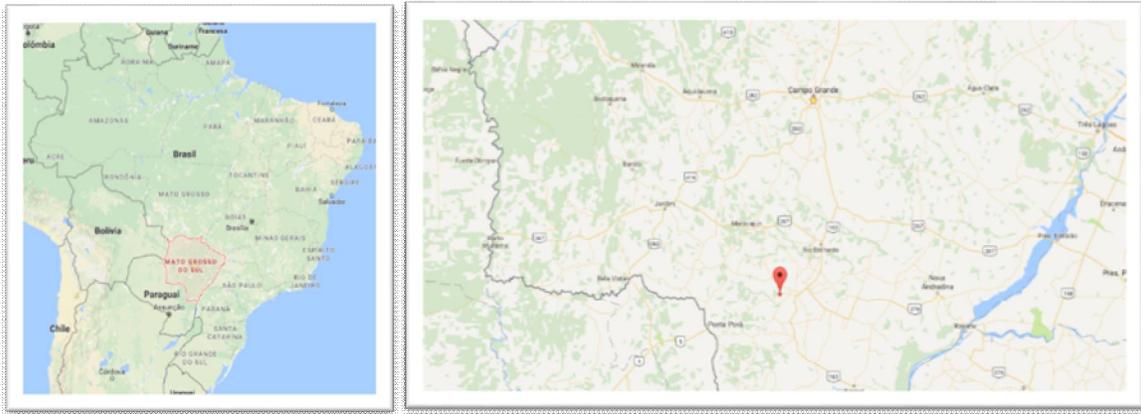
Antes de abordarmos o assunto sobre o direito a educação, em específico, na aquisição de uma escola indígena dentro do *tekoha* Pakurity, vamos, primeiramente relatar como é a aldeia Pakurity. Recebe esse nome porque, segundo Robson<sup>5</sup>, deriva de um fruto, uma espécie de limão bem docinho que é utilizado como remédio com o efeito cicatrizante, o qual era encontrado em abundância na região. Os Indígenas que vivem em Pakurity são, em sua maioria, da etnia Kaiowá e apenas alguns são Guarani (Ñandeva) e está localizado no km17 da BR463 a aproximadamente 20 km do perímetro urbano de Dourados em sentido Ponta Porã/MS (Figura 1).

---

<sup>4</sup> Fonte: CIMI. Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil. 2014. [http://www.cimi.org.br/pub/MS/Viol\\_MS\\_2003\\_2010.pdf](http://www.cimi.org.br/pub/MS/Viol_MS_2003_2010.pdf). Acessado em 09 de Junho de 2016 às 17hs.

<sup>5</sup> Robson de Souza Duarte é o segundo filho de Bonifácio. Caderno de campo do dia 02 de fevereiro de 2016.

Figura 1 - Localização da Aldeia Pakurity



Fonte: Imagem de satélite do Google Maps – Acesso no dia 25 de Agosto de 2016 às 10hs

No acampamento encontramos aproximadamente 15 moradias indígenas, em sua maioria construídas são barracos de lona espalhadas ao longo de uma mata ciliar e segundo o senhor Bonifácio<sup>6</sup>, líder indígena, São aproximadamente 87 pessoas e 80 crianças distribuídas em 10 famílias. É difícil precisar a quantidade de pessoas no acampamento, pois há o transito muito grande dos indígenas, entre o acampamento, a reserva e o centro urbano de Dourados em busca de atenderem suas necessidades básicas de sobrevivência.

As famílias da comunidade Pakurity, como muitos outros grupos indígenas no estado, vivenciaram o processo histórico de esbulho de seus territórios tradicionais e após perambular por vários lugares, passaram a viver à margem da BR 463, entre a rodovia e a cerca da fazenda enquanto não conseguiam retomar seu *tekoha*<sup>7</sup>. Atualmente, após a *retomada*, ou seja, a ação de reocupar a área que consideram suas terras tradicionais, eles estão em uma pequena parte de terra do território tradicional reivindicado, ou seja em alguns poucos hectares, dos 15.500ha reivindicado.

A entrada do acampamento Pakurity, em um primeiro momento de nossa pesquisa, foi pela BR 463, a qual cortava uma plantação em direção ao interior da mata ciliar e levava diretamente para uma pequena área coberta. Essa área era é reservada

<sup>6</sup> Entrevista: Bonifácio Reginaldo Duarte no dia 22/01/2014.

<sup>7</sup> *Tekoha* é o lugar físico – terra, mato, campo, águas, animais, plantas, remédios etc. – onde se realiza o *teko*, o “modo de ser”, o estado de vida guarani. Engloba a efetivação de relações sociais de grupos macro familiares que vivem e se relacionam em um espaço físico determinado (conforme CAVALCANTE, 2013; e <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-nandeva/1298> - acesso no dia 22/11/2013).

pelos indígenas para a realização de pequenas reuniões e confraternizações (Figura 2). A área não possuía nenhuma parede construída, sendo coberta com galhos e lona preta e algumas madeiras que servem como assento. Logo ao fundo dessa área de reunião e adentrando a mata encontra-se uma pequena nascente de água (Figura 3). Ao todo são duas as nascentes de água existente no acampamento. Ambas são fontes para a sobrevivência e para a utilização dos afazeres diários dos indígenas.

Figura 2 - Área de reunião



Figura 3 - crianças do Pakurity brincando em uma das fontes de água



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2014.

Após algum tempo a entrada da aldeia foi alterada, não direcionando diretamente a área de reunião, mas seguimos a esquerda até chegar à área de moradia da parentela do Bonifácio, onde encontramos duas casas e uma pequena área para reunião. Esse é o único acesso para o interior do acampamento. E atualmente a entrada não é mais pela BR, mas pela estrada de terra que está na lateral do acampamento, a qual direciona até a casa do Bonifácio e de sua filha Dagmar.

As condições de vida no Pakurity não diferem da realidade de outras comunidades, em situação de acampamento. As dificuldades enfrentadas cotidianamente são inúmeras. Crespe acrescenta:

Como o lugar não oferece as condições necessárias para a sobrevivência torna-se necessário estabelecer alternativas e estratégias que permitam a permanência deles ali, por isso, a maioria dos homens precisam trabalhar como diaristas nas roças vizinhas ao acampamento. Como o acampamento não oferece espaço para plantar, nem água para consumo, o recurso encontrado é seguir até à mata, que fica do lado de dentro da propriedade, para ter acesso à água, lenha e remédios (2009, p. 61).

Sobre isso, mais uma das dificuldades que os indígenas levantam, é que após a morte do pai da família Torraca, os herdeiros, filhos e netos, ao dividirem a herança, começam a ter dificuldade no diálogo com a família do fazendeiro.

Uma indagação feita pelo o Bonifácio e a comunidade em uma reunião no dia 06 de abril de 2016 é sobre o uso da terra que está em posse da comunidade pelo “fazendeiro” através de suas plantações. Bonifácio diz que é uma questão que ainda não obteve nenhuma resposta. No site na FUNAI e do Ministério Público não foi possível encontrar nenhuma informação quanto a atual situação desse processo da aldeia Pakurity. Sabemos que em 12 de novembro de 2007 foi assinado o Termo de Ação e Conduta (TAC) com a finalidade de constituir Grupos Técnicos com vistas à identificação e delimitação de 07 Áreas Indígenas<sup>8</sup>. As Terras Indígenas estão divididas em grandes áreas que abrangem várias aldeias. A aldeia Pakurity está inserida na Área Indígena *Douradopegua*. O GT seria constituído por especialistas, coordenado por um antropólogo, que deveria elaborar os relatórios de identificação das Terras Indígenas. No caso do Pakurity, até o momento, ainda não houve a finalização de todo esse processo.

Em sua tese Crespe informa que em 2001 os indígenas encaminharam uma carta a FUNAI “informando a existência do *tekoha* Pakurity”. A autora, ainda, apresenta um documento produzido como fruto do encontro de Bonifácio com Coordenação Geral de Identificação e Delimitação (CGID) em Brasília no ano 2007. Crespe continua:

O documento é de valor para a liderança. Guardado em uma pasta junto de outros documentos importantes é uma garantia de que a demanda foi realizada e de que a área precisa passar pelo estufo de identificação. No entanto, até 2014 o grupo não havia recebido o GT (Grupo de Trabalho) para a realização dos trabalhos de campo e produção do relatório. Assim, a data da demanda de identificação por parte dos índios é de dezesseis de agosto de 2001. Entretanto, a data de registro da demanda é de vinte e dois de março de 2005. Isto é, transcorrido três anos e sete meses do pedido de identificação e nove anos do registro da demanda e os índios do Pakurity continuam esperando a identificação da área. (2015.p.232).

Além desse esforço, relatado por Crespe, pelo grupo indígena do Pakurity, houve mais um marco judicial referente a posse e permanência na terra. Após a morte do proprietário, seus filhos e os arrendatários começam a incomodar-se com a presença dos indígenas no local e, como reação, em dezembro de 2013, o atual proprietário entra com

---

<sup>8</sup> As 7 áreas são: TI Iguatemipegua; TI Amambaipegua; TI Douradopegua; TI Dourados – Amambaipegua; TI Brilhantepegua, TI Nandeva e TI apapegua.

uma ação de reintegração de posse com pedido de liminar. O pedido foi negado pelo Juiz Federal Substituto Moisés Anderson Costa Rodrigues Silva, em entendimento conforme o Tribunal Regional Federal 3ª Região que a melhor solução em “casos de litígio e pedido de reintegração de posses é manter a comunidade na área específica da fazenda ocupada, até que se concluem os processos administrativos” (CRESPE, 2015.p.234).

Sem o relatório de identificação finalizado a fonte de dados para a pesquisa sobre quais os limites que abrange o território do Pakurity volta-se para os relatos do Bonifácio<sup>9</sup>. Ele afirma que conhece muito bem a área reivindicada como sendo o território de posse tradicional de seu povo. “Tenho gravado em minha cabeça, poço mostrar em todos os caminhos que usamos na nossa vida do dia a dia. Caminhos que fazem parte na nossa caça, pesca e contato com outros parentes”.

O território reivindicado pela comunidade abrange uma área total de 15.500ha (Figura 4), mas atualmente o grupo indígena ocupa uma área de aproximadamente três mil hectare, o qual possuem permissão judicial de permanência até o fim do processo. A diferença entre a área reivindicada e a da atual permanência da comunidade pode ser vista na figura abaixo.

Figura 4 - Área reivindicada



<sup>9</sup> Caderno de Campo: com Bonifácio Reginaldo Duarte no dia 06 de Fevereiro de 2016;

Fonte: Imagem do Google Mapas (22°14'52.7"S 54°58'12.3"W)

O ponto vermelho contido na imagem (Figura 4) faz referência da atual área de permanência dos indígenas do Pakurity, enquanto todo o traçado pela BR 463 é a distância percorrida até o Rio Dourados, que segundo Bonifácio é o limite do território reivindicado. Mostrando assim a grande discrepância entre eles. De maneira bem geral, segundo o relato do líder indígena Bonifácio toda a extensão da aldeia Pakurity abrange desde o rio Dourados até o local em que a comunidade se encontra atualmente, compreendendo os dois lados da BR463.

### **A BUSCA POR UMA ESCOLA EM SEU *TEKOHA***

Para além do reconhecimento dos indígenas de possuírem e manterem sua identidade cultural, a Constituição Federal de 1988, no artigo 210, lhes garante o uso de sua língua materna e um processo de aprendizagem escolar que seja bilíngue e intercultural, o qual proporcione e fortaleça as práticas socioculturais, sendo assim, a construção de uma escola indígena na aldeia Pakurity é um instrumento de valorização das línguas, dos saberes e das tradições indígenas. Podemos ressaltar que a escola também trará a oportunidade de recuperar as memórias históricas dos antigos e reafirmar as suas identidades, sendo assim, é um campo de diálogo entre os saberes tradicionais indígena e o científicos da sociedade nacional.

Mas a realidade enfrentada é, como afirmamos anteriormente, uma situação precária de moradia em área de retomada, em que seus direitos básicos são negligenciados (saúde, habitação, alimentação, etc.), os indígenas são forçados a uma intensa mobilidade, em um constante trânsito entre a aldeia Pakurity, cidades circunvizinhas, o centro urbano e a reserva de Dourados, na procura por trabalho e escola para as crianças.

Quanto a esta mobilidade, Crespe afirma que:

Este fluxo é resultado, principalmente, das duras condições de vida no local, que são bastante precárias... como o lugar não oferece as condições necessárias para a sobrevivência, torna-se necessário estabelecer alternativas e estratégias que permitam a permanência deles ali, por isso, a maioria dos homens precisam trabalhar como diaristas nas roças vizinhas ao acampamento (CRESPE, 2009.p.61).

Diante desta situação, uma das constantes demandas da comunidade do Pakurity é a solicitação de uma escola para suas crianças, pois a todo momento ouvimos relatos e

reclamações sobre a falta de atendimento de ensino e educação. A Secretaria de Educação do Município de Dourados não oferece nenhuma política de atendimento, no que se refere ao ensino das crianças indígenas em idade escolar, muito menos em seu próprio território. Dessa forma, as crianças precisam se deslocar até outras escolas, seja no centro urbano ou na reserva de Dourados, ou até mesmo, em outras cidades vizinhas.

Este fator, por si só, já é um forte motivo de desmobilização da comunidade em relação à luta por seu *tekohá* – território tradicional, pois muitas famílias diante da falta de escola para suas crianças em idade escolar, optam por viver durante o período de aulas, em um lugar onde as crianças possam frequentar a escola. Constatamos, no início de 2014, uma grande quantidade surpreendente de famílias na comunidade do Pakurity. Ao perguntarmos acerca deste grande afluxo, soubemos que era a promessa de início de uma escola de educação infantil e primeiro ciclo da educação fundamental, o que não veio a ser confirmado, gerando novo êxodo das famílias da comunidade, frustradas por terem que deixar sua aldeia.

Em uma reunião realizada pela comunidade no dia 16 de abril de 2016, foi redigido um documento com a finalidade de apresentar e exigir providências quanto à necessidade da implantação e implementação de uma escola indígena nesta comunidade, para atender suas crianças, jovens e adultos em idade escolar, sem a qual, segundo a liderança, compromete o crescimento saudável das mesmas e a efetivação de direitos inerentes ao ordenamento jurídico nacional e internacional. Como sabemos, estas crianças indígenas, quando frequentando outras escolas, estão sujeitas a todo tipo de preconceitos e discriminação, por suas características, por sua dificuldade com a língua portuguesa, como o caso das crianças da retomada Laranjeira Ñanderu, que são chamadas de “bugrinho bunda suja” na escola municipal de Rio Brilhante/MS.

No momento da reunião da comunidade, em 2016, após levantamento das

PÚBLICO ALVO	QNT ALUNOS
--------------	------------

famílias e de suas crianças em idade escolar, foi elaborada uma lista com a demanda de um público alvo de:

Tabela 1 - Levantamento do público alvo

Educação infantil	7
Ensino Fundamental	16
Ensino Médio	6
Público Futuro	12
Educação de Adultos	8
Outros	60
<b>TOTAL</b>	<b>109</b>

Conforme a tabela acima notamos que o maior número de alunos está no Ensino Fundamental, o que indica que em termos de porcentagem, seria um total de 49% das crianças inseridas entre o 1º e o 3º ano, demonstrando, assim, a maior demanda.

Outra demanda levantada, que seria atendida pela escola, é a Educação de Jovens e Adultos. Notamos que os adultos presentes demonstraram interesse em retornar as aulas, os quais mais de 60%, até o momento, não chegaram a concluir o 3º ano do Ensino Fundamental. O gráfico abaixo demonstra, que entre os adultos, a maior demanda está direcionada para o 2º ano do Ensino Fundamental.

E por fim, mas não menos importante, na reunião pudemos constatar a urgente necessidade da construção de uma escola no acampamento, tendo em vista a presença significativa de crianças com idade inferior a 4 anos e que irão ingressar na Rede Pública de Ensino em um curto prazo.

Tabela 2 - Crianças com idade inferior a 4 anos

	<b>NOME DAS CRIANÇAS</b>	<b>IDADE</b>
1	Ariane Fernandes	08 meses
2	Daniel Carmona de Souza	01 ano
3	Samyra Fernandes Garcia	01 ano
4	Evelyn Martins Araújo	01 ano
5	Naiemily Maritns de Souza	01 ano
6	Lavinea Fernandes	02 anos
7	Rafael Carmona de Souza	02 anos
8	Cauã Amarília Duarte	02 anos
9	Talita Ricarte	02 anos
10	Mateus Arévalo Gomes	02 anos
11	Ezequiel Carmona de Souza	03 anos
12	Rutinéia Ricarte	03 anos

A implantação de uma escola dentro do acampamento, além de proporcionar a possibilidade de compreender os códigos dominados pelos não indígenas, tem uma

dimensão simbólica. Para além da retomada da terra, a escola é símbolo para a retomada de uma educação indígena, feita pelos indígenas para os indígenas.

Diante dessa realidade a comunidade tem enfrentado novas formas de viver, articulando o *teko porã*, ou seja, modo tradicional Kaiowá e Guarani de viver, com as exigidas pela Sociedade Nacional, no caso específico, a Educação Escolar.

Diante do direito e do dever das crianças em ingressarem na vida escolar as famílias indígenas da aldeia Pakurity estão em constante mobilidade e trânsito. Para Bonifácio essa mobilidade e trânsito são maneira de se adaptar as novas exigências da vida em acampamento, pois o local não oferece condições para a sobrevivência e faz com que os indígenas do Pakurity vivenciem, o que eles mesmo denominam, a forma de viver em *moradias móveis*<sup>10</sup>, ou seja, durante os dias letivos os indígenas do Pakurity se direcionam a reserva ou a redondeza da cidade de Dourados a fim de conduzirem suas crianças às escolas. Sendo necessário providenciarem outro local de residência. E, aos finais de semana e feriados, retornam para ao acampamento e para as suas atividades cotidianas na aldeia. *Moradias móveis*, segundo Bonifácio, é, principalmente, o esforço que os indígenas da aldeia Pakurity executam para atenderem as exigências do Estado em manterem as crianças nas escolas, para usufruírem de políticas públicas e atenderem suas necessidades básicas de sobrevivência.

A realidade da reserva de Dourados descrita por Pereira retrata muito bem o que as crianças, além de cruzarem “pedaços”, precisam percorrer para terem acesso a serviços públicos, justificando, assim, de maneira bem simplificada, o uso de moradias móveis pela comunidade. Pereira apresenta:

No entanto, para a maioria das reservas, as pessoas para terem acesso aos serviços públicos, inclusive educação, são obrigados a cruzar “pedaços” de outros grupos, com os quais as relações não são sempre amistosas. As estradas são espaços relativamente neutros, mas nem sempre seguros, principalmente à noite e nos finais de semanas, circunscrevendo os horários de circulação. Para as crianças o trânsito entre a escola e a casa pode se transformar numa aventura perigosa, como no caso da reserva de Dourados, sendo muitas vezes necessário o acompanhamento das crianças pelos pais ou parentes mais velhos (2011.p.95).

---

<sup>10</sup> O termo foi apresentado a nós pela primeira vez em uma das visitas a campo para a realização da pesquisa para o Programa de Iniciação Científica (PIBIC) da UFMS/CNPq com o tema: Crianças Kaiowá e Guarani em situação de acampamento na região sul do estado de Mato Grosso do Sul: Quem são e como percebem a situação de acampamento

As mudanças acima relacionadas e o esforço que os indígenas do Pakurity fazem diariamente para contemplarem suas crianças ao sistema de ensino, por mais que não seja uma educação específica e diferenciada conforme prevista por lei, tal esforço nos demonstra o sentimento de identificação com o espaço ocupado e requerido pelo grupo. Isso acontece por reconhecerem o território como sua área tradicionalmente ocupada e o único espaço possível para reproduzirem o *teko porã*, sendo assim, o retorno ao *tekoha* é vital e de suma importância a ponto de enfrentarem todos os tipos de desconfortos, principalmente os sociais e políticos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conhecedores do Artigo 231 da Constituição Federal de 1988, esse trabalho vem, mais uma vez, salientar o direito que os povos indígenas possuem de terem costumes, línguas, religiões e organizações sociais distintas daquelas válidas à sociedade nacional, mesmo conhecedores da situação histórica dos Kaiowá e Guarani, neste caso, referimo-nos aos que se encontram no sul do estado de Mato Grosso do Sul, que é caracterizada pela negligência em muitos de seus direitos, principalmente na perda de seus territórios.

O processo de colonização e a exploração econômica tem, muitas vezes, sido empecilho para a agilidade nesses processos fundiários, causando assim, a falta de requisitos necessários para reprodução física e cultural dos Povos Indígenas em suas vidas cotidianas, principalmente no caso das áreas ocupadas pelos povos indígenas no Mato Grosso do Sul que enfrentam tensões e conflitos, em especial os Guarani Kaiowá, pois no estado encontramos um cenário que expressa uma situação de confinamento territorial e de permanente restrição dos modos de vida indígena, onde se constata a existência de um alto contingente populacional de povos indígenas vivendo, em muitos casos, em áreas diminutas ou sem terras demarcadas.

Tudo isso, sem contar com a realidade do expressivo número de acampamentos indígenas que não aparecem nos dados oficiais e que aguardam a demarcação de seu território numa tentativa de resistência e superação da imposição histórica do confinamento, somam para uma negação de direitos básicos e fundamentais para *teko porã* dos indígenas da aldeia Pakurity.

Cabe salientar, que a comunidade tem enfrentado novas formas de viver, articulando o *teko porã*, ou seja, modo tradicional Kaiowá e Guarani de viver, com as exigidas pela Sociedade Nacional, no caso específico, a Educação Escolar, a partir da realidade provisória em que vivem.

Diante do direito básico à educação das crianças em idade escolar, as famílias indígenas da aldeia Pakurity estão se mobilizando há tempos, para exigirem o cumprimento desta demanda. O não atendimento desta necessidade básica, tem favorecido o aumento da constante mobilidade e trânsito das famílias da comunidade.

Para Bonifácio essa mobilidade e trânsito é a maneira de se adaptar as novas exigências da vida em retomada, em uma situação de acampamento, pois o local não oferece condições para a sobrevivência e faz com que os indígenas do Pakurity vivenciem, o que eles mesmo denominam: *a forma de viver em moradias móveis*<sup>11</sup>, ou seja, durante os dias letivos os indígenas do Pakurity se direcionam a reserva ou a redondeza da cidade de Dourados a fim de conduzirem suas crianças às escolas, nos outros meses, retornam para a comunidade de origem, situação que acontece também aos finais de semana e feriados.

Segundo o líder Bonifácio, estas *moradias móveis*, seria principalmente, o esforço que os indígenas da aldeia Pakurity fazem para atender as exigências do Estado brasileiro: manter as crianças nas escolas, para usufruírem de políticas públicas e atenderem suas necessidades básicas de educação.

A implantação de uma escola dentro al aldeia Pakurity tem também, uma dimensão simbólica, pois em se tratando de espaço de retomada, de território em disputa, a escola é símbolo de institucionalização da posse e valorização de uma educação indígena, feita pelos indígenas para os indígenas, para além, de proporcionar um espaço para reproduzirem o *teko porã*.

Por outro lado, o esforço diário das famílias indígenas para manter suas crianças nas escolas da rede pública, quase sempre não se trata de uma educação específica e diferenciada conforme prevista por lei, faz com que se exponha essas crianças a uma situação de preconceito e discriminação. A demanda pela escola em sua comunidade de

---

<sup>11</sup> O termo foi apresentado a nós pela primeira vez em uma das visitas a campo para a realização da pesquisa para o Programa de Iniciação Científica (PIBIC) da UFMS/CNPq com o tema: Crianças Kaiowá e Guarani em situação de acampamento na região sul do estado de Mato Grosso do Sul: Quem são e como percebem a situação de acampamento

origem demonstra o sentimento de identificação com o espaço ocupado e requerido pelo grupo. Isso acontece por reconhecerem o território como sua área tradicional e o retorno ao *tekoha* é vital e de suma importância a ponto de enfrentarem todos os tipos de desconfortos para a permanência no local.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

AGUILERA URQUIZA, A. H (Org.). *Cultura e História dos Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2013. 334 p.

\_\_\_\_\_. Povos Indígenas e as Questões da Territorialidade. In: AGUILERA URQUIZA, A. H (Org.). *Cultura e História dos Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2013. 334 p.

BARBOSA DA SILVA, Alexandra. *Mais além da “aldeia”:* território e redes sociais entre os Guarani de Mato Grosso do Sul. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Museu Nacional Programa de pós-graduação em antropologia social. Rio de Janeiro, 2007

BRAND, Antônio. *O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá*. Dissertação (Mestrado em História), PUC – Porto Alegre, 1993.

\_\_\_\_\_. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da Palavra*. Tese de Doutorado em História - PUCRS, Porto Alegre, 1997.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1992.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. *Colonialismo, Território e Territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul*. 2013.470f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

CHAMORRO, Graciela. *História Kaiowá. Das origens aos desafios contemporâneos*. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015, 320 p.

CORREA FILHO, V. *À Sombra dos Hervaes Matogrossense*. São Paulo: Ed. São Paulo, 1925, 84 p.

CRESPE, Aline Castilho. *Acampamentos indígenas e ocupações: novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowa no município de Dourados - MS: (1990-2009)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFGD. 2009.

\_\_\_\_\_. *Mobilidade e temporalidade kaiowá: do tekoha à reserva, do tekoharã ao tekha*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da UFGD. 2015.

CIMI. *Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil- DADOS DE 2013*. CIMI, Brasília, 2013.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. & PEREIRA, L. M.. *Ñande Ru Marangatu: laudo pericial sobre uma terra kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, em Mato Grosso do Sul*. Dourados, Editora UFGD, 2009.

LUTTI, Aline Castilho Crespe. *Acampamentos indígenas e ocupações: novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowa no município de Dourados - MS: (1990-2009)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFGD. 2009.

MURA, Fábio. *À procura do “bom viver”. Território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowá*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Museu Nacional. Programa de Pós Graduação em Antropologia. Rio de Janeiro, 2006.

PEREIRA, L. M. *No mundo dos parentes: a socialização das crianças adotadas entre os Kaiowá*. In: LOPES DA SILVA, A.; MACEDO, A. V. L. da SILVA; NUNES, A. (orgs.) *Crianças indígenas: Ensaio Antropológico*. São Paulo: Global, 2002.

\_\_\_\_\_. *Imagens Kaiowá do Sistema Social e seu Entorno*. Tese de doutorado em Antropologia (etnologia). Universidade de São Paulo – USP, 2004, 345p.

\_\_\_\_\_. *Assentamentos e formas organizacionais dos Kaiowá atuais: o caso dos “índios de Corredor”*. *Tellus*, ano 6, n. 10, p. 69-81, abril 2006

\_\_\_\_\_. *Mobilidade de processo e processo de territorialização entre os Guarani atuais*. *História em Reflexão*, Dourados, 1(1): 1-33, 2007.

\_\_\_\_\_. *Demarcação de terras kaiowa e guarani em MS: ocupação tradicional, reordenamentos organizacionais e gestão territorial*. *Tellus*. (Campo Grande) ano 10, n. 18, p. 115-137, jan. / jun. 2010.

SCHADEN, Egon. *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*. São Pulo. E.P.U./EDUSP, 1974 [1954]

## SITES

[http://cimi.org.br/pub/RelatorioViolencia\\_dados\\_2013.pdf](http://cimi.org.br/pub/RelatorioViolencia_dados_2013.pdf) >. Acesso: 3 de novembro de 2014.

[http://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder\\_indigenas\\_web.pdf](http://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf). Acesso: 18/10/2015 às 10hs.

<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa/554>. Acesso em 18/10/2015 às 10hs.

<http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-24-32>. Acesso em 18/10/2015 às 10hs.

<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso:18/10/2015 às 10hs.

<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-nandeva/1298> - acesso no dia 22/11/2013

## **ENTREVISTAS**

Bonifácio Reginaldo Martins: Entrevista [22 jan. 2014] Entrevistador: Sônia Rocha Lucas. Rio Brilhante (acampamento Pakurity), 2014. Anotações em caderno de campo. Entrevista concedida no âmbito do projeto de iniciação científica (PIBC/CNPq) desenvolvido por Sônia Rocha Lucas junto à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Bonifácio Reginaldo Duarte: Entrevista [16 abril. 2016] Entrevistador: Sônia Rocha Lucas. Dourados (acampamento Pakurity), 2016. Anotações em caderno de campo e filmagem. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado (Antropologia - UFGD).

Robson de Souza Duarte: Relato [06 fevereiro. 2016]. Dourados (acampamento Pakurity), 2016. Anotações em caderno de campo. Relato concedido no âmbito do projeto de mestrado (Antropologia - UFGD).